

**Relatório**  
**da Administração**  
**e Demonstrações**  
**C o n t á b e i s**  
**1995**





**TELEBRÁS**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1995 E 1994**

## ÍNDICE

Mensagem do Presidente da Telebrás.....	1
1. Planta e Serviços.....	4
2. Qualidade dos Serviços.....	6
3. Investimentos.....	7
4. Recursos Humanos.....	8
5. Pesquisa e Desenvolvimento.....	8
6. Desempenho Econômico-Financeiro.....	8
7. Balanços Patrimoniais.....	11
8. Demonstrações do Resultado.....	14
9. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	16
10. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	20
11. Notas Explicativas.....	22
12. Proposta da Administração para Destinação do Resultado.....	45
13. Parecer dos Auditores Independentes.....	47
14. Parecer do Conselho Fiscal.....	48

## **Mensagem do Presidente da Telebrás**

Senhores Acionistas:

A Administração da Telecomunicações Brasileiras S/A-TELEBRÁS sente-se honrada em submeter à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1995.

O ano de 1995 foi marcado por profundas transformações da conjuntura econômica do País e por acontecimentos relevantes para o Setor de Telecomunicações.

No plano econômico, verificou-se a consolidação do Plano de Estabilização lançado pelo Governo Federal, tendo como principais resultados o controle da inflação a taxas anuais em torno de 20% e um crescimento anual do Produto Interno Bruto - PIB em torno de 4%, e criando um cenário que passa a exigir da atividade empresarial níveis crescentes de competitividade.

Especificamente no Setor de Telecomunicações, foi desencadeado pelo Governo Federal um processo irreversível de mudanças, que implicará em profundas conseqüências para o Sistema TELEBRÁS.

Em nível institucional, dentro do amplo quadro de reformas estruturais perseguido pelo Governo Federal, o fato mais importante foi a aprovação pelo Congresso Nacional de emenda alterando a redação do Inciso XI do artigo 21 da Constituição Federal, que abriu espaço para a exploração de serviços de telecomunicações pela iniciativa privada e criou as bases para a introdução da competição na prestação desses serviços.

Este novo cenário exige uma grande mudança no perfil cultural do Sistema TELEBRÁS, que deverá voltar-se para uma compreensão cada vez maior das necessidades específicas dos vários segmentos de mercado, comprometendo-se gerencialmente com padrões de qualidade, eficiência e produtividade compatíveis com a nova realidade.

Outro fato relevante foi o lançamento, pelo Ministério das Comunicações, do PASTE – Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal.

Este Programa propõe metas ambiciosas e necessárias para o crescimento da oferta de serviços de telecomunicações, de forma que estes se constituam em alavanca para o desenvolvimento do País. Parte substancial do mesmo deverá ser cumprida pelo Sistema TELEBRÁS. Já de acordo com o PASTE, o Sistema investiu na expansão e modernização de sua planta R\$ 4,5 bilhões, o que correspondeu a US\$ 4,66 bilhões, resultando em ganhos que se situam entre os maiores de toda sua história.

A capacidade instalada da planta evoluiu em 1,28 milhão de terminais convencionais e 809,8 mil terminais móveis celulares.

Foi lançado, com total sucesso, o Satélite B2 e contratados a fabricação e lançamento do B3, que compõem a segunda geração do Sistema Brasileiro de Satélites.

Consolidou-se o uso de sistemas de transmissão por fibras ópticas, tendo sido atingida ao longo de 1995 a marca de 500 mil quilômetros de fibras implantadas.

Como resultado destas ampliações, elevou-se o índice de digitalização da planta de 35,7% para 46,7%.

O tráfego telefônico, medido pelo total de minutos tarifados, cresceu 28,3% no serviço interurbano e 57,9% no serviço internacional.

A rede básica suportou adequadamente esse vertiginoso aumento de tráfego, muito superior à evolução de 12% apresentada pela planta.

Deste modo, o índice médio de congestionamento do sistema manteve-se no mesmo patamar de 1994, apresentando situações mais críticas em regiões localizadas, objeto de planos especiais de recuperação, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar do expressivo aumento de tráfego, a receita de serviços de telecomunicações, pela correção integral e a preços de dezembro de 1995, cresceu apenas 9,16% em consequência da estabilidade nominal dos níveis tarifários.

Entretanto, a partir de dezembro de 1995, o Governo Federal demonstrou seu empenho em praticar uma política de realidade tarifária, estabelecendo uma primeira etapa de eliminação dos pesados subsídios cruzados historicamente praticados. Trata-se de fato auspicioso que confirma a disposição das autoridades em adotar a prática saudável de fixação de preços e tarifas compatíveis com os níveis internacionalmente aplicados e com a realidade de custos dos serviços. Esta constitui-se em providência imprescindível à implementação da abertura do mercado à iniciativa privada em regime de competição.

No que concerne à totalidade dos custos e das despesas operacionais, excluídos os impostos, seu comportamento foi positivo, uma vez que se conseguiu uma redução de 1,1%, apesar dos crescimentos de planta e tráfego verificados. Destaque-se que o quadro de pessoal se manteve praticamente constante.

A conjugação desses fatores contribuiu para o lucro líquido consolidado do Sistema TELEBRÁS de R\$ 809,5 milhões significando um crescimento de 18,3% e um lucro líquido da Controladora de R\$ 1.182,7 milhões.

Durante 1995 a TELEBRÁS registrou-se na SEC – Securities and Exchange Commission, constituindo-se na segunda empresa brasileira a obter esse registro, e filiou-se à Bolsa de Valores de Nova York–NYSE ampliando sua dimensão internacional.

Os negócios com as ações da TELEBRÁS corresponderam a mais de 50% do montante das Bolsas de Valores do País e, no exterior, os ADR (American Depositary Receipts) tiveram um crescimento no volume negociado de aproximadamente 80% após a filiação na NYSE.

Os resultados obtidos, em termos consolidados, proporcionaram uma evolução do lucro por lote de 1000 ações de R\$ 2,29 para R\$ 2,62, permitindo que se proponha à Assembléia Geral a distribuição de dividendos, pela Controladora, num valor total de R\$ 335 milhões, representando um acréscimo de 258% em relação aos R\$ 93,6 milhões distribuídos em 1994.

Consciente do novo cenário que se avizinha, em 1996 o Sistema TELEBRÁS estará empenhado em promover profundas transformações na cultura de sua organização, de modo a adaptar-se ao ambiente de competição que irá enfrentar.

Finalmente, é oportuno registrar os agradecimentos, ao desempenho dos empregados pela participação nos resultados aqui apresentados, à confiança demonstrada por acionistas e investidores, e do apoio proporcionado pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério das Comunicações, cujas orientações seguras foram fundamentais para o desenvolvimento das atividades da organização.

FERNANDO XAVIER FERREIRA.

# 1. Planta e Serviços

O Sistema TELEBRÁS obteve em 1995 um ganho de aproximadamente 1,28 milhão de terminais convencionais. Este ganho representou um crescimento de 10,64% em relação a 1994.

Implantado a partir de 1990, o serviço móvel celular atingiu mais de 1,5 milhão de terminais instalados, constatando-se um crescimento de 112%.

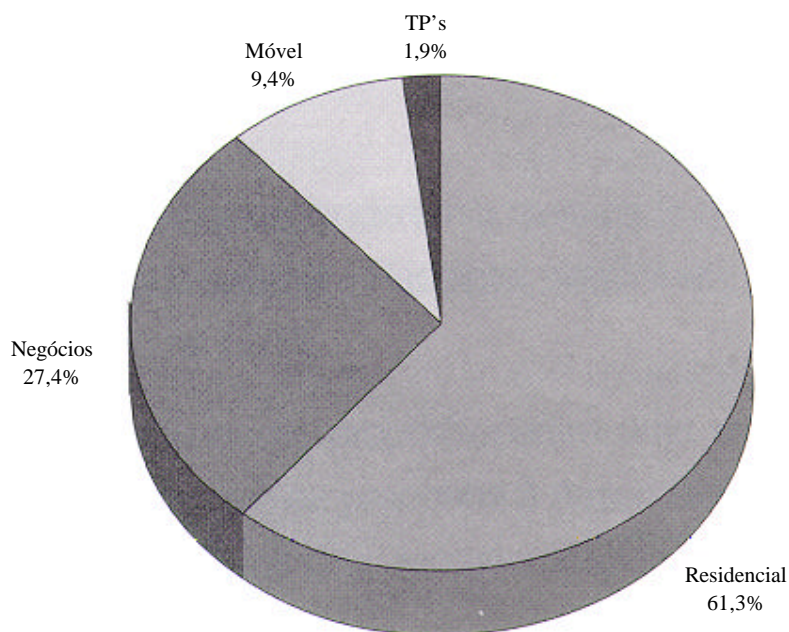
Dentro do esforço de popularização dos serviços telefônicos, a planta de terminais de uso público do Sistema TELEBRÁS teve um ganho de cerca de 23 mil em 1995, apresentando crescimento sistemático nos últimos anos, com taxas médias de 10% ao ano, perfazendo uma planta em serviço de 367 mil.

A comercialização de cartões indutivos em 1995 dobrou em relação ao ano anterior, apresentando um crescimento superior ao da planta de telefones públicos a cartão, resultado que evidencia a aceitação deste produto pelo mercado.

Em paralelo à expansão do serviço, está ocorrendo a substituição gradativa dos telefones a ficha atualmente existentes por telefones públicos a cartão indutivo, num processo de modernização, que representa não só uma melhor qualidade de serviço, como aumentos consideráveis de tráfego e de receita. A tecnologia utilizada vem despertando interesse no mercado internacional.

	<u>91</u>	<u>92</u>	<u>93</u>	<u>94</u>	<u>95</u>
Terminais instalados					
Convencionais - Milhões	9,77	10,58	11,28	12,03	13,31
Terminais Móveis Celulares					
Instalados - Mil	13,5	60,66	250,52	720,70	1530,50
Telefones de Uso Público - Total	236.429	260.039	298.485	343.670	366.649
TP a Cartão	-	20	5.619	34.926	63.251

Em função da expansão ocorrida no ano, os terminais em serviço apresentaram a seguinte composição:



Em 1995, a planta instalada pelo Sistema TELEBRÁS teve um crescimento significativo, superando o aumento populacional e a evolução do PIB em igual período. Como consequência, a densidade telefônica no país – relação entre a quantidade de terminais telefônicos convencionais instalados e o número de habitantes – cresceu 8,1%, atingindo 9,3 terminais por 100 habitantes.

Ampliação ainda maior ocorreu com o serviço móvel celular que dobrou a planta em apenas um ano e atingiu 1,04 terminais por 100 habitantes.

	<u>91</u>	<u>92</u>	<u>93</u>	<u>94</u>	<u>95</u>
Terminais telefônicos convencionais instalados por 100 habitantes	7,3	7,8	8,2	8,6	9,3
Terminais celulares instalados por 100 habitantes	0,01	0,04	0,17	0,50	1,04

A utilização dos serviços de comunicação de dados tende a crescer substancialmente, em função do incremento de demanda correspondente a novas aplicações, como, por exemplo, acesso à INTERNET e serviço “home-banking”. A própria interligação das redes existentes no Sistema TELEBRÁS, em fase de execução, fornecerá maior capilaridade aos sistemas, sendo, por si só, um atrativo para que os grandes clientes tenham um incremento de tráfego na área de dados.

No período de 1991 a 1995, os serviços de comunicação de dados apresentaram a seguinte evolução:

	<u>91</u>	<u>92</u>	<u>93</u>	<u>94</u>	<u>95</u>
Serviços de Comunicação de Dados					
Acessos Comunicação de Dados Dedicados - Total (Milhares)	27,7	155,8	181	183,2	186,2
Acessos Comunicação de Dados Comutados (Milhares)	3	24,4	30,7	30,7	64,5

O Sistema TELEBRÁS encerrou o ano de 1995 com grau de digitalização da planta de 46,7%. Como a quase totalidade das novas aquisições refere-se a equipamentos digitais, há perspectivas de rápida evolução para esse indicador.

	<u>91</u>	<u>92</u>	<u>93</u>	<u>94</u>	<u>95</u>
Grau de Digitalização da Planta (%)	16,1	22,3	27,9	35,7	46,7



## 2. Qualidade dos Serviços

Parte dos investimentos realizados pelas empresas do Sistema TELEBRÁS esteve voltada para a redução do distanciamento entre a oferta e a demanda por serviços de telecomunicações.

A planta instalada apresenta, em termos médios, um desempenho satisfatório em relação aos objetivos preconizados, mas se constata, ainda, pontos críticos de qualidade dos serviços, localizados principalmente nos maiores centros urbanos do País.

O esforço dirigido no sentido de eliminá-los refletir-se-á já nos resultados de 1996.

Tráfego	91	92	93	94	95
Chamadas Locais (Bilhões Pulsos)	46,6	50,0	53,3	55,6	58,7
Chamadas Interurbanas (Bilhões de Minutos)	12,8	12,7	13,7	15,9	20,4
Chamadas Internacionais (Milhões de Minutos)	163,6	154,2	150,6	181,4	286,4

É oportuno destacar que, apesar da expansão de 12% da planta instalada e do aumento acentuado nos tráfegos local, interurbano e internacional, os índices médios apresentados pelo Sistema TELEBRÁS para a taxa de congestionamento do serviço interurbano e a taxa de obtenção do tom de discar mantiveram-se estáveis.

Qualidade	Objetivo	91	92	93	94	95
Tx. de Congestionamento - %	≤ 6	21,6	13,7	10,8	9,7	9,6
Tom de Discar em até 3 seg. - %	≥ 98	90,6	94,5	96,1	96,7	97,2

### 3. Investimentos

O programa de investimentos para o Setor de Telecomunicações foi tornado público em 28 de novembro de 1995, por meio do “PASTE – Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal”.

No que tange às telecomunicações, o PASTE propõe para o País, e não somente para o Sistema TELEBRÁS, metas, diretrizes, programas e projetos num horizonte de planejamento até o ano 2003.

Buscando sintonia com as metas preconizadas pelo PASTE, o Sistema TELEBRÁS realizou investimentos, em valores de 31/12/95, de R\$ 4,53 bilhões ao longo do ano, que representaram, na mesma data, cerca de US\$ 4,66 bilhões, registrado como o maior valor na história das telecomunicações brasileiras.

	<b>91</b>	<b>92</b>	<b>93</b>	<b>94</b>	<b>95</b>
Investimento Total					
US\$ Milhão	2.199,50	3.054,81	2.935,26	4.260,72	4.659,74

*Valores de investimentos corrigidos pela Correção Integral para 31/12 e convertidos em US\$ pelo valor de 31/12 dos respectivos anos.*

Foi notória a ênfase dada aos aspectos de qualidade, na escolha e execução dos projetos de expansão e modernização da planta no ano de 1995, destacando-se dentre eles:

- lançamento do Satélite BRASILSAT B2;
- contratação da construção e do lançamento do Satélite BRASILSAT B3;
- ativação do cabo internacional UNISUR interligando Brasil, Argentina e Uruguai, por meio de fibras ópticas;
- crescimento de 112% do Serviço Móvel Celular;
- ativação do sistema óptico entre Rio - Belo Horizonte e Belo Horizonte - São Paulo;
- negociações para ativação do Cabo Atlantis 2, Cabo Cabral, que interligará Brasil, África e Europa.

## 4. Recursos Humanos

Em termos de administração de Recursos Humanos, a relação empregados por 1000 terminais instalados evoluiu positivamente no Sistema TELEBRÁS, como se pode observar no quadro a seguir.

	<b>91</b>	<b>92</b>	<b>93</b>	<b>94</b>	<b>95</b>
Empregados por 1000 terminais instalados	9,1	8,4	8,1	7,8	6,1

No que tange a capacitação dos Recursos Humanos, foram iniciadas ações pelo Sistema TELEBRÁS no sentido de preparar o corpo de empregados para as profundas modificações que ocorrerão na estrutura do Setor de Telecomunicações, principalmente no que se refere a competição. Para 1996, todos os esforços serão enviados para desenvolver o corpo de empregados em todos os níveis, buscando a necessária mudança de cultura para o novo cenário que se avizinha.

## 5. Pesquisa e Desenvolvimento

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPqD, atento à evolução das tendências mundiais, vem dirigindo seu enfoque para propiciar desenvolvimentos visando agregar valor aos produtos e serviços oferecidos aos usuários, bem como otimizar os processos internos visando melhorar a qualidade dos serviços já prestados.

Os valores transferidos, em termos econômicos, pelas empresas do Sistema TELEBRÁS para o CPqD em 1995 atingiram o montante de R\$ 94.913 mil, que resultaram no desenvolvimento de aplicativos e de novas tecnologias para redução de custos e aumento de receitas, propiciando a oferta de novos serviços, dentro de uma visão ampla de obtenção de vantagens competitivas no mercado.

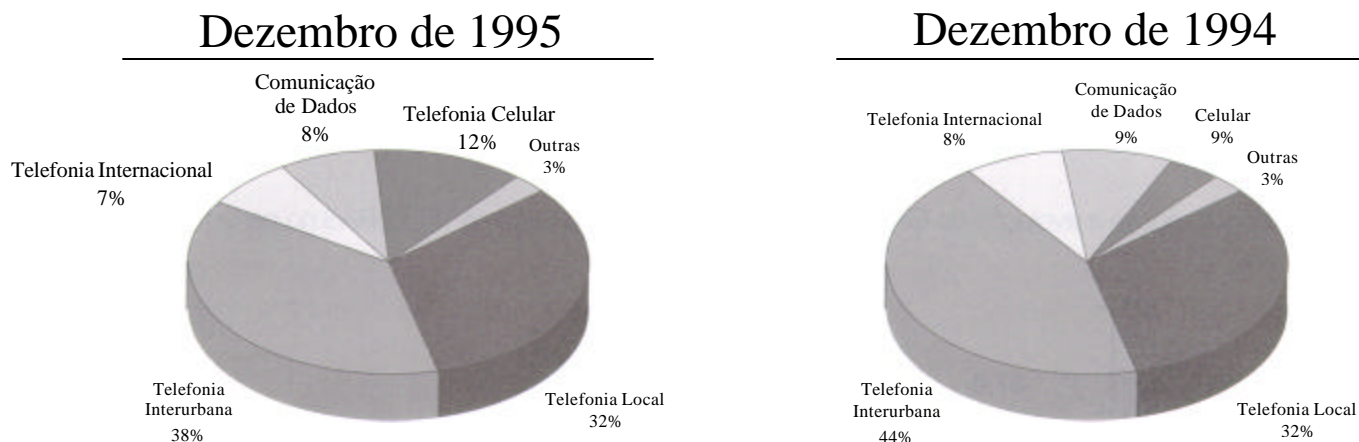
## 6. Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro, obtido pelo Sistema TELEBRÁS no exercício de 1995, foi superior ao registrado no ano anterior.

O somatório das receitas operacionais, a preços de 31/12/94, atingiu a R\$ 12.283 bilhões em 1995 (R\$ 11.248 bilhões em 1994), registrando um crescimento de 9,2%. O serviço móvel celular contribuiu decisivamente para esta evolução, mais do que duplicando sua planta e triplicando sua receita em termos reais, passando sua participação na receita de Serviços de Telecomunicações de 4,5%, em 1991, para 12,4% em 1995.

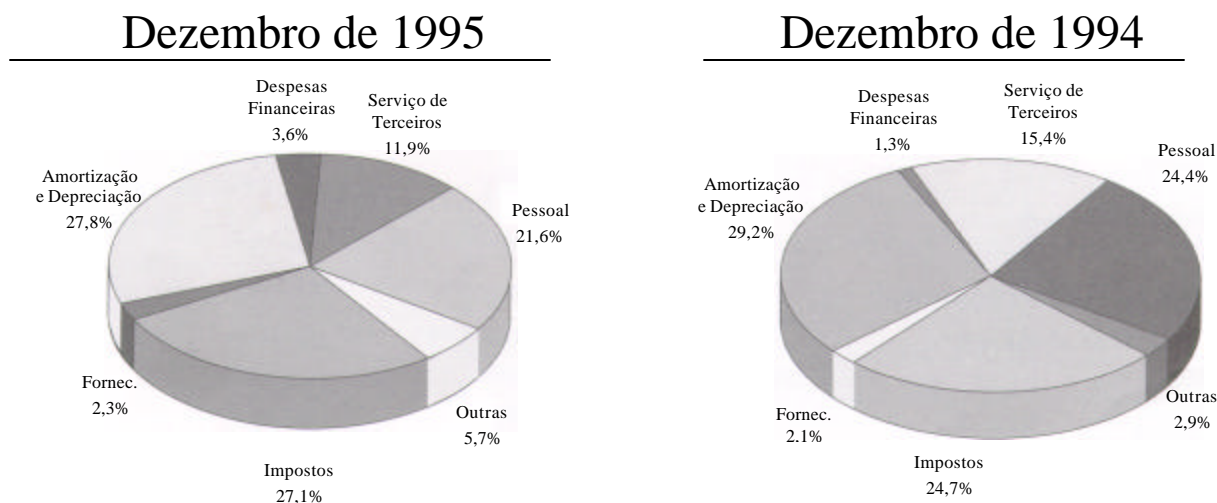
O crescimento só não foi maior porque houve perda tarifária média no exercício, uma vez que a reestruturação tarifária ocorrida a partir de dezembro não provocou reflexos significativos no próprio ano.

O gráfico a seguir mostra a estrutura do somatório das receitas operacionais nos anos de 1994 e 1995.



O somatório de todos os custos e despesas operacionais, por sua vez, alcançou a R\$ 10.750 bilhões em 1995 (R\$ 10.260 bilhões em 1994), registrando um crescimento de 4,78%. Ao se expurgar a rubrica Impostos, que cresce em função da receita, a evolução reduz-se para apenas 1,1%, em contrapartida a expansão da planta da ordem de 12%.

O gráfico a seguir mostra a composição destes valores por natureza.



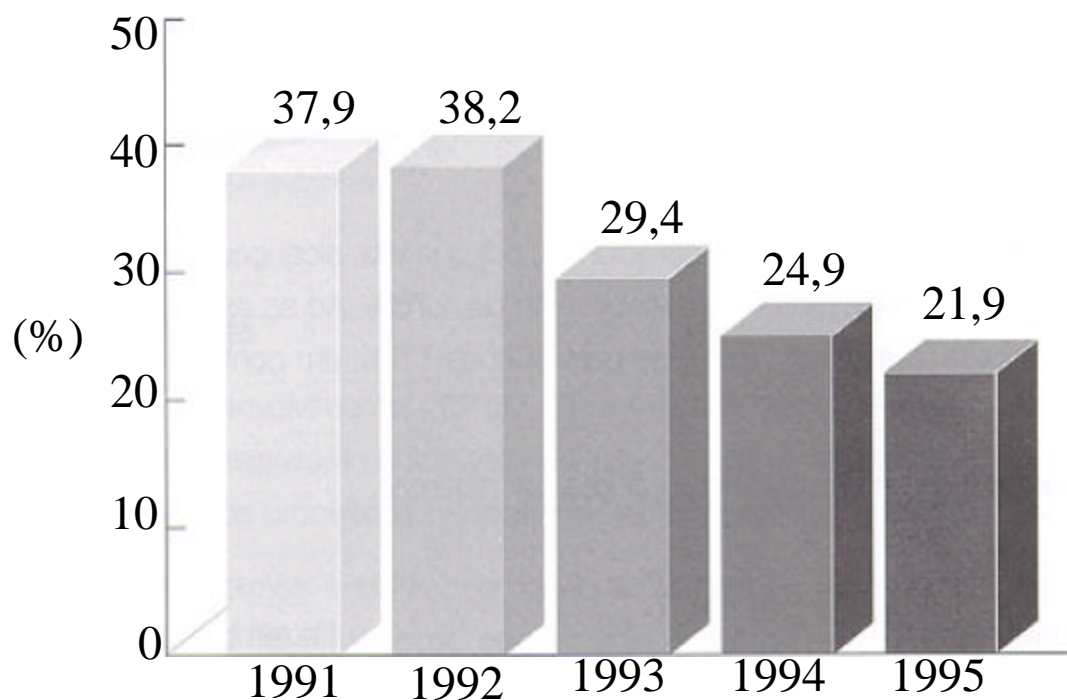
O Lucro Operacional de R\$ 1.532 bilhão, em 1995 (R\$ 988 milhões em 1994), cresceu 55,06% e possibilitou que a Taxa de Remuneração do Investimento evoluísse de 2,7% em 1994, para 3,7% em 1995.

O Lucro Líquido consolidado do exercício atingiu a R\$ 810 milhões (R\$ 684 milhões em 1994) e apresentou um crescimento de 18,42%, proporcionando, assim, um Lucro por Ação do Capital Social Realizado de R\$ 0,00262 (R\$ 0,00229 em 1994) que foi 14,41% superior ao do exercício anterior.

Como consequência do bom desempenho obtido no exercício findo, a TELEBRÁS propôs a distribuição de Dividendos no valor de R\$ 335 milhões (R\$ 93,6 milhões em 1994), portanto, 258% maior que o distribuído no exercício de 1994.

Por último, vale destacar que o Sistema TELEBRÁS, apesar de ter realizado um volume de investimento sem precedentes na história recente do Sistema, reduziu seu nível de endividamento de 24,9%, em 1994, para 21,9% em 1995.

O gráfico a seguir mostra a evolução do Grau de Endividamento do Sistema TELEBRÁS no período 1991/1995.



# BALANÇOS PATRIMONIAIS

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 1995 e 1994 (em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	Correção Integral e		Correção Integral e	
	Legislação Societária	Correção Integral	Legislação Societária	Correção Integral
	1995	1994	1995	1994
Circulante	2.495.403	1.848.557	3.576.200	2.759.205
Disponibilidades	69.602	62.618	760.668	507.309
Caixa e bancos	7.053	24.253	83.590	78.808
Aplicações com liquidez imediata	62.549	38.365	677.078	428.501
Direitos realizáveis	2.425.696	1.785.908	2.792.277	2.228.140
Contas a receber de serviços	3.319	675	1.410.140	1.179.234
Créditos com empresas do Sistema TELEBRÁS	1.709.794	1.333.057	-	-
Aplicações financeiras e empréstimos compulsórios	634.924	412.697	669.225	495.313
Impostos e contrib. a recuperar	23.962	-	294.846	257.111
Outros valores a recuperar	15.855	18.770	265.166	158.236
Bens destinados à venda	-	-	2.532	1.844
Material de estoque e manutenção	2.401	1.527	64.294	46.675
Outros direitos realizáveis	35.441	19.182	86.074	89.727
Despesas do período seguinte	105	31	23.255	23.756
Realizável a longo prazo	1.962.878	2.605.138	227.086	378.006
Créditos com empresas do Sistema TELEBRÁS	1.958.581	2.599.839	-	-
Aplicações financeiras e empréstimos compulsórios	-	80	42.621	76.449
Impostos e contribuições a recuperar	419	419	129.437	251.698
Outros direitos realizáveis	3.878	4.800	55.028	49.859
Permanente	22.095.318	20.512.526	31.879.575	30.574.113
Investimentos	21.957.861	20.374.616	307.352	706.183
Imobilizado	137.457	137.910	31.508.219	29.757.523
Bens e instalações em serviço	111.760	121.656	25.418.387	23.778.131
Bens e instal. em andamento	25.697	16.254	6.089.832	5.979.392
Diferido	-	-	64.004	110.407
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>26.553.599</b>	<b>24.966.221</b>	<b>35.682.861</b>	<b>33.711.324</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 1995 e 1994 (em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	Correção Integral e		Correção Integral e	
	Legislação Societária	Correção Integral	Legislação Societária	Correção Integral
	1995	1994	1995	1994
Circulante	942.210	1.174.086	3.818.023	3.504.938
Pessoal, encargos e benef. sociais	18.293	18.567	507.921	529.377
Fornecedores de mat. e serviços	3.678	5.183	817.031	563.654
Impostos, taxas e contribuições	163	2.402	655.312	449.548
Empréstimos e financiamentos	2.173	8.816	370.587	489.021
Debenturistas	298.668	910.088	298.668	910.088
Títulos de renda	254.369	71.319	254.369	71.319
Obrigações com empresas do STB	5.344	48.609	-	-
Consignações a favor de terceiros	2.230	2.475	166.232	137.257
Participação no resultado	350.529	103.275	487.798	172.423
Provisão para contingência	6.704	2.190	201.435	100.212
Outras obrigações	59	1.162	58.670	82.039
Exigível a longo prazo	340.133	612.892	2.585.343	3.219.313
Prov. Para fundo de pensão e benef. sociais	-	-	107.810	97.759
Impostos, taxas e contribuições	-	-	706.393	1.275.172
Empréstimos e financiamentos	33.684	19.456	1.259.225	1.119.556
Títulos de renda	306.449	593.436	306.449	593.436
Consignações a favor de terceiros	-	-	1.518	1.548
Provisão para contingências	-	-	123.377	67.388
Outras obrigações	-	-	77.571	64.454
Resultado de exercícios futuros	-	-	841	48
Participação minoritária	-	-	3.849.788	3.695.509
No capital de controladas	-	-	2.550.034	2.466.525
Nas reservas e lucros de controladas	-	-	1.299.754	1.228.984
Patrimônio líq. e recursos capitalizáveis	25.271.256	23.179.243	25.431.866	23.291.516
Patrimônio líquido	24.248.312	22.338.478	24.248.312	22.338.478
Capital social realizado	7.926.597	8.894.841	7.926.597	8.894.841
Correção monet. do capital realizado	1.746.649	-	1.746.649	-
Reserva de capital	2.069.110	1.864.978	2.069.110	1.864.978
Reserva de reavaliação	194.200	145.353	194.200	145.353
Reservas de lucros	9.002.665	8.363.960	9.002.665	8.363.960
Lucros acumulados	3.311.423	3.071.362	3.311.423	3.071.362
Menos: Ações em tesouraria	(2.332)	(2.016)	(2.332)	(2.016)
Recursos capitalizáveis	1.022.944	840.765	1.183.554	953.038
Recursos do autofinanciamento	951.748	762.588	1.099.156	864.226
Outros recursos	71.196	78.177	84.398	88.812
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>26.553.599</b>	<b>24.966.221</b>	<b>35.682.861</b>	<b>33.711.324</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*



# DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 1995 e 1994 (em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		
	Legislação Societária	Correção Integral	
	1995	1995	1994
Receitas (despesas) operacionais	1.179.162	1.184.258	1.195.527
Despesas gerais e administrativas	(83.478)	(91.870)	(125.875)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.453)	(6.020)	(2.391)
Provisão para contingências	(4.664)	(4.719)	(1.365)
Receitas financeiras	234.460	248.643	246.456
Despesas financeiras	(11.663)	(14.560)	(24.596)
Ganho com equivalência patrimonial	1.021.046	1.021.046	1.269.112
Outras despesas operacionais	(3.397)	(3.677)	(193.967)
Outras receitas operacionais	32.311	35.415	28.153
<b>Lucro Operacional</b>	<b>1.179.162</b>	<b>1.184.258</b>	<b>1.195.527</b>
Receitas (despesas) não operacionais	(2.516)	(1.519)	(29.604)
Ganho/(perda) com investimentos	9.542	9.542	(25.995)
Outras despesas não operacionais	(12.755)	(11.826)	(3.752)
Outras receitas não operacionais	697	765	143
Efeito inflacionário	6.093	-	-
Saldo devedor da correção monetária	(39.026)	-	-
Saldo credor da variação monetária	45.119	-	-
Lucros antes da contribuição social	1.182.739	1.182.739	1.165.923
Contribuição social	-	-	(10.091)
Lucro líquido do exercício	1.182.739	1.182.739	1.155.832
Lucro por ação do capital social realizado (R\$)	0,00382	0,00382	0,00387

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

# DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 1995 e 1994 (em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Consolidado		
	Legislação Societária		Correção Integral
	1995	1995	1994
Receita operacional bruta	10.448.240	11.352.078	10.399.760
Serviços de telecomunicações	10.448.240	11.352.078	10.399.760
Dedução da receita bruta	(2.533.027)	(2.734.317)	(2.339.424)
ICMS, PASEP, COFINS e outros	(2.533.027)	(2.734.317)	(2.339.424)
Receita operacional líquida	7.915.213	8.617.761	8.060.336
Custos dos serviços prestados	(4.561.697)	(5.084.133)	(4.845.075)
Lucro bruto	3.353.516	3.533.628	3.215.261
Receitas (despesas) operacionais	(1.942.886)	(2.001.049)	(2.227.421)
Comercialização dos serviços	(651.282)	(710.779)	(689.447)
Despesas gerais e administrativas	(1.555.102)	(1.714.425)	(1.766.796)
Pesquisa e desenvolvimento	(70.539)	(78.008)	(77.151)
Provisão para contingências	(156.148)	(162.924)	(137.977)
Despesas financeiras	(180.981)	(159.584)	(65.221)
Receitas financeiras	268.774	306.695	401.701
Outras despesas operacionais	(93.744)	(105.638)	(338.923)
Outras receitas operacionais	496.136	623.614	446.393
Lucro operacional	1.410.630	1.532.579	987.840
Receita (despesas) não operacionais	(170.736)	(172.045)	23.370
Juros sobre obras em andamento	220.111	253.207	235.449
Despesas financeiras	(223.291)	(257.517)	(223.982)
Participação financeira de promitentes assinantes	332	376	1.708
Perda com investimento	(3.131)	(4.245)	(25.994)
Outras despesas não operacionais	(317.713)	(331.333)	(102.744)
Outras receitas não operacionais	152.956	167.467	138.933
Efeito inflacionário	118.506	-	-
Saldo credor da correção monetária	529.951	-	-
Saldo devedor da variação monetária	(411.445)	-	-
Lucro antes do imp. de renda e contrib. social	1.358.400	1.360.534	1.011.210
Imposto de renda	(231.936)	(228.170)	(100.485)
Imposto de renda - Lei 9249/95	(47.032)	(49.323)	-
Contribuição social	(145.224)	(148.733)	(109.400)
Contribuição social - Lei 9249/95	(3.959)	(4.059)	-
Lucro líquido do exercício antes das participações	930.249	930.249	801.325
Participação de empregados	(9.822)	(9.822)	(6.608)
Participação minoritária	(110.888)	(110.888)	(110.554)
Lucro líquido do exercício	809.539	809.539	684.163
Lucro por ação do capital social realizado (R\$)	0,00262	0,00262	0,00229

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

Exercício findo em dezembro de 1995 (em milhares de reais)

	Capital Realiz Atualizado		Reservas de Capital			
	Capital Social Realizado	Correção Monetária do Capital	Ágio na Subscrição de Ações	Doações e Subvenções para Investimentos	Reserva Especial Lei 8.200/91	Outras Reservas de Capital
Saldo em 31.12.1994	1.206.024	6.057.327	254.256	510	1.252.894	15.244
Aumento do Capital Social:	6.720.573	(6.057.327)	17.779			
Recurso de Autofinanciamento	663.246					
Outros Recursos Capitalizáveis			17.779			
Incorporação de Reservas	6.057.327	(6.057.327)				
Red. de Alíquota - Lei 9249/95					176.587	
Aquisição de ações Próprias						
Realiz. da Reserva de Reavaliação						
Correção Monetária		1.746.649	60.197	115	288.104	3.424
Reversão de Reservas						
Dividendos Prescritos						
Lucro Líquido do Exercício						
Dest. de Lucros Proposta à AGO:						
Transferências para Reservas						
Dividendos Propostos						
Saldo em 31.12.1995	<u>7.926.597</u>	<u>1.746.649</u>	<u>332.232</u>	<u>625</u>	<u>1.717.585</u>	<u>18.668</u>

# LÍQUIDO PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

Reserva de Reavaliação de Ativo de Controladas	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar			
118.692	182.584	6.647.260	2.508.013	(1.646)	18.241.158
					681.025
					663.246
					17.779
					-
77.414					254.001
				(270)	(270)
(28.941)			28.941		-
27.035	41.011	1.493.105	565.435	(416)	4.224.659
		(212.534)	212.534		-
			5		5
			1.182.739		1.182.739
	59.137	792.102	(1.186.244)		(335.005)
	59.137	792.102	(851.239)		-
			(335.005)		(335.005)
<u>194.200</u>	<u>282.732</u>	<u>8.719.933</u>	<u>3.311.423</u>	<u>(2.332)</u>	<u>24.248.312</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

Exercícios findos em dezembro de 1995 e 1994 (em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Ágio na Subscrição de Ações	Reservas de Capital		
			Doações e Subvenções para Investimentos	Reserva Especial Lei 8.200/91	Outras Reservas de Capital
Saldo em 31.12.1993	8.157.154	143.573		1.627.194	17.958
Ajustes de Exercícios Anteriores					
Aumento do Capital Social:	737.687	167.793			
Recurso de Autofinanciamento	335.157	167.637			
Outros Recursos Capitalizáveis	402.530	156			
Doações e Subv. p/Investimentos			625		
Red. Adic. Aliq. IR. Lei 8981/95				(92.875)	
Aquisição de ações Próprias					
Vendas de Ações em Tesouraria					710
Realização da Res. de Reavaliação					
Reversão de Reservas					
Lucro Líquido do Exercício					
Dest. de Lucros Proposta à AGO:					
Transferências para Reservas					
Dividendos Propostos					
Saldo em 31.12.1994	8.894.841	311.366	625	1.534.319	18.668
Aumento do Capital Social:	778.405	20.866			
Recurso de Autofinanciamento	778.405				
Outros Recursos Capitalizáveis		20.866			
Red. Alíquota - Lei 9249/95				183.266	
Aquisição de ações Próprias					
Realiz. da Reserva de Reavaliação					
Reversão de Reservas					
Dividendos Prescritos					
Lucro Líquido do Exercício					
Dest. de Lucros Proposta à AGO:					
Transferências para Reservas					
Dividendos Propostos					
Saldo em 31.12.1995	9.673.246	332.232	625	1.717.585	18.668

## LÍQUIDO PELA CORREÇÃO INTEGRAL

Reserva de Reavaliação de Ativo de Controladas	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar			
195.820	165.803	7.416.859	2.764.535	(8.061)	20.480.835
			(4.140)		(4.140)
					905.480
					502.794
					402.686
					625
(20.400)					(113.275)
				(36)	(36)
				6.081	6.791
(30.067)			30.067		-
		(374.534)	374.534		-
			1.155.832		1.155.832
	57.792	1.098.040	(1.249.466)		(93.634)
	57.792	1.098.040	(1.155.832)		-
			(93.634)		(93.634)
<u>145.353</u>	<u>223.595</u>	<u>8.140.365</u>	<u>3.071.362</u>	<u>(2.016)</u>	<u>22.338.478</u>
					799.271
					778.405
					20.866
79.874					263.140
				(316)	(316)
(31.027)			31.027		-
		(212.534)	212.534		-
			5		5
			1.182.739		1.182.739
	59.137	792.102	(1.186.244)		(335.005)
	59.137	792.102	(851.239)		-
			(335.005)		335.005
<u>194.200</u>	<u>282.732</u>	<u>8.719.933</u>	<u>3.311.423</u>	<u>(2.332)</u>	<u>24.248.312</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

# DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em dezembro de 1995 e 1994 (em milhares de reais)

	Controladora		
	Legislação Societária	Correção Integral	
	1995	1995	1994
<b>Origens</b>			
Recursos gerados pela atividade econômica	788.508	624.948	472.324
Aumento no passivo exigível a longo prazo	11.583	12.824	78.281
Aumento dos recursos capitalizáveis	976.620	1.121.252	1.616.019
Aumento no capital social	663.246	778.405	737.687
Ágio na subscrição de ações	17.779	20.866	167.793
Diminuição de Aplicações Capitalizáveis	974.603	1.084.162	372.619
Transferência do Ativo Permanente para o Circulante	384.923	401.139	-
Outras origens	74.320	89.386	328.639
<b>Total das origens</b>	<b>3.891.582</b>	<b>4.132.982</b>	<b>3.773.362</b>
<b>Aplicações</b>			
Aumento do realizável a longo prazo	20.068	22.287	342.141
Aumento de aplicações capitalizáveis	855.448	988.121	1.461.228
Aumento no ativo permanente:			
Investimentos	980.783	1.090.788	717.107
Imobilizado	16.163	18.001	22.664
Transferência p/ aumento de capital	681.025	799.271	905.480
Dividendos provisionados	335.005	335.005	93.634
Outras aplicações	657	787	788
<b>Total das aplicações</b>	<b>2.889.149</b>	<b>3.254.260</b>	<b>3.543.042</b>
<b>Aumento no capital circulante líquido</b>	<b>1.002.433</b>	<b>878.722</b>	<b>230.320</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>985.907</b>	<b>646.846</b>	<b>12.941</b>
No início do exercício	1.509.496	1.848.557	1.835.616
No fim do exercício	2.495.403	2.495.403	1.848.557
<b>Passivo circulante</b>	<b>(16.526)</b>	<b>(231.876)</b>	<b>(217.379)</b>
No início do exercício	958.736	1.174.086	1.391.465
No fim do exercício	942.210	942.210	1.174.086
<b>Aumento no capital circulante líquido</b>	<b>1.002.433</b>	<b>878.722</b>	<b>230.320</b>
<b>Demonstrações dos recursos gerados pela atividade econômica</b>			
Lucro líquido do exercício	1.182.739	1.182.739	1.155.832
Despesas (receitas) que não envolvem capital de giro	(394.231)	(557.791)	(683.508)
Ganho com investimentos decorrentes da equivalência patrimonial, exclui R\$ 388.466 mil de dividendos (R\$ 351.485 mil em 1994)	(642.122)	(642.122)	(891.632)
Despesas financeiras	179	687	938
Receitas financeiras	(95)	63.656	2.978
Depreciações e amortizações	7.227	8.181	13.049
Resultado da correção monetária	227.847	-	-
Provisão para perdas com investimentos	12.557	11.603	187.430
Valor residual dos ativos perman. baixados	92	99	3.729
Outras despesas	84	105	-
<b>Total dos recursos gerados pela atividade econômica</b>	<b>788.508</b>	<b>624.948</b>	<b>472.324</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

# DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em dezembro de 1995 e 1994 (em milhares de reais)

	Consolidado		
	Legislação Societária	Correção Integral	
	1995	1995	1994
<b>Origens</b>			
Total dos recursos gerados pela atividade econômica	3.675.458	4.231.821	3.911.417
Redução no ativo realizável a longo prazo	58.463	69.869	224.051
Aumento no passivo exigível a longo prazo	486.498	535.971	727.155
Aumento dos recursos capitalizáveis	975.880	1.075.666	1.558.316
Aumento no capital social	663.246	778.405	737.687
Ágio na subscrição de ações	17.779	20.866	167.793
Aumento no capital social em empr. controladas	38.719	42.748	343.880
Transferência do permanente para circulante	399.521	417.457	11.965
Doações e subvenções para investimento	39.335	42.007	105.829
Outras origens	55.232	61.358	49.121
<b>Total das origens</b>	<b>6.410.131</b>	<b>7.276.168</b>	<b>7.837.214</b>
<b>Aplicações</b>			
Aumento do realizável a longo prazo	124.489	137.694	247.188
Aumento do ativo permanente:			
Investimentos	15.176	16.711	34.250
Imobilizado	4.024.582	4.510.049	4.372.173
Diferido	18.407	21.568	42.055
Redução no passivo exigível a longo prazo	696.047	799.611	939.421
Dividendos provisionados:			
Telebrás	335.005	335.005	93.634
Empresas controladas - particip. minoritária	109.282	109.282	54.342
Transferência para aumento de capital	719.745	842.022	1.259.263
Outras aplicações	270	316	38.284
<b>Total das aplicações</b>	<b>6.043.003</b>	<b>6.772.258</b>	<b>7.080.610</b>
<b>Aumento no capital circulante líquido</b>	<b>367.128</b>	<b>503.910</b>	<b>756.604</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.323.088</b>	<b>816.995</b>	<b>491.348</b>
No início do exercício	2.253.112	2.759.205	2.267.857
No fim do exercício	3.576.200	3.576.200	2.759.205
<b>Passivo circulante</b>	<b>955.960</b>	<b>313.085</b>	<b>(265.256)</b>
No início do exercício	2.862.063	3.504.938	3.770.194
No fim do exercício	3.818.023	3.818.023	3.504.938
<b>Aumento (redução) no capital circulante líquido</b>	<b>367.128</b>	<b>503.910</b>	<b>756.604</b>
<b>Demonst. dos recursos gerados pela atividade econômica</b>			
Lucro líquido do exercício	809.539	809.539	684.163
Partic. minoritária nos resultados de empresas controladas	110.888	110.554	-
<b>Despesas/(receitas) que não envolvem capital de giro</b>	<b>2.755.031</b>	<b>3.311.394</b>	<b>3.116.700</b>
Perda não operacional com investimentos	3.131	4.245	25.994
Ganho (perda) monetária líquida a longo prazo	-	(20)	(4.350)
Despesas financeiras	-	(96.912)	(320.073)
Receitas financeiras	-	58.768	13.930
Depreciações e amortizações	2.886.384	3.257.118	2.994.007
Provisão para perdas prováveis de investimentos	32.661	32.043	190.286
Provisão para perdas prov. emprest. concedidos	19.253	21.263	-
Variações monet. dos valores a longo prazo	321.105	-	-
Resultado da correção monetária	(563.963)	-	-
Valor residual dos ativos perman. baixados	173.121	176.527	161.016
Imposto de renda diferido	5.132	5.163	243.631
Imposto de renda - tributação incentivada	(992)	(992)	-
Juros sobre obras em andamento	(220.111)	(253.207)	(235.449)
Outras	99.310	107.398	47.708
<b>Total dos recursos gerados pela atividade econômica</b>	<b>3.675.458</b>	<b>4.231.821</b>	<b>3.911.417</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*



# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 1995 e 1994 (em milhares de reais).

## 1 - Contexto operacional

A TELEBRÁS iniciou suas atividades em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, atuando como controladora de um sistema empresarial, atualmente, constituído por 27 operadoras estaduais e por uma operadora de serviços de longa distância, a Embratel, sendo responsável por 91% dos serviços públicos de telecomunicações do País.

A TELEBRÁS explora os serviços sob a concessão da União, de acordo com o que determina a Constituição Federal. Sua atividade, bem como a de suas empresas controladas, é regulamentada pelo Ministério das Comunicações, ao qual está vinculada. É uma empresa de economia mista, controlada pela União, que possui 51,0% (52,3% em 1994) do capital votante e 22,2% (23,0% em 1994) do capital total.

Atua em todo território nacional e, através de suas empresas controladas, presta serviços de transmissão de voz, texto, dados e imagens em níveis nacional e internacional. Seu compromisso é dotar o Brasil de uma infraestrutura de telecomunicações adequada às suas necessidades e colaborar com o desenvolvimento nacional, a integração política e social do País e as relações com as demais nações.

## 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Efeitos da Inflação

### a. Demonstrações Financeiras na versão “Correção Integral” em Moeda de 31/12/95

Elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis às demonstrações financeiras em moeda de capacidade aquisitiva constante, com observância da Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

Os principais critérios adotados para a elaboração dessas demonstrações financeiras, baseados nos registros contábeis mantidos de acordo com as práticas descritas na Nota 3, estão descritos a seguir:

#### Índice de Correção

As demonstrações financeiras estão atualizadas ao poder aquisitivo da moeda de 31 de dezembro de 1995 e estão elaboradas mediante adoção do critério misto de correção, com a utilização da UFIR, que se identifica com a expressão monetária da Unidade Monetária Contábil – UMC, instituída pela CVM.

## **Demonstrações de Resultados**

Os componentes das demonstrações de resultados estão atualizados monetariamente até a data do Balanço considerando os seguintes aspectos:

- os ajustes inflacionários dos itens não monetários ativos e passivos estão eliminados contra as respectivas receitas e despesas de correção monetária;
- os ganhos ou perdas decorrentes da inflação referentes aos ativos e passivos monetários que geram encargos e receitas financeiras nominais são considerados como parcelas que ajustam os respectivos componentes do resultado;
- os ganhos e as perdas com a inflação, referentes aos demais itens monetários, estão distribuídos nas respectivas contas de resultado a que se vinculam. Os valores que não puderam ser alocados estão incluídos no grupo de outras receitas ou despesas operacionais.

### **b. Demonstrações na Versão “Legislação Societária”**

Elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e de conformidade com a legislação societária e normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, que não requerem a apresentação das demonstrações expressas em moeda de poder aquisitivo constante. Assim, as demonstrações de resultado e das origens e aplicações de recursos resultam da simples acumulação de valores nominais, seguindo as práticas contábeis descritas na Nota 3.

A correção monetária dos estoques e despesas antecipadas, e o ajuste a valor presente de obrigações foram contabilizadas, com efeitos no resultado do exercício e ativo imobilizado, quando aplicáveis.

### **c. Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Incluem as demonstrações financeiras das empresas controladas, mencionadas no quadro anexo à Nota nº 5.

Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas controladas.

## **3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**

### **a) Classificação de Ativos Realizáveis e Passivos Exigíveis**

É utilizado o prazo de 360 dias para distinção entre o circulante e o longo prazo.

### **b) Aplicação com Liquidez Imediata**

É demonstrada ao valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

### **c) Contas a Receber de Serviços e a Pagar a Fornecedores**

As contas de créditos com usuários dos serviços de telecomunicações estão avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e ajustada a valor presente pela taxa ANBID. As obrigações com vencimentos futuros estão descontadas a seu valor presente pela taxa média nominal de juros da ANBID, refletindo as obrigações na data do balanço.

### **d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

É constituída com base no saldo dos créditos operacionais, sendo seu valor estimado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

### **e) Despesas do Período Seguinte**

São corrigidas monetariamente desde a sua formação.

## **f) Estoques**

São demonstrados pelo custo médio de aquisição, corrigido monetariamente, o qual não excede ao custo de reposição.

Os estoques são segregados em expansão e manutenção. Os bens destinados à expansão são classificados no Permanente (Bens e instalações em andamento) e os bens destinados à manutenção são classificados no Circulante.

## **g) Investimentos**

Os investimentos de participações societárias em controladas são corrigidos monetariamente e ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos são registrados pelo custo da aquisição corrigido monetariamente, menos provisão para perdas prováveis, quando for o caso.

## **h) Imobilizado**

O valor do imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação acumulada, corrigidos monetariamente até a data de encerramento do exercício. Às obras em andamento (Bens e instalações em andamento - BIA) são incorporados, mensalmente, juros de 12% ao ano sobre os capitais totais aplicados até a sua entrada em operação. Esses juros são creditados à receita não operacional, até o limite das despesas financeiras não operacionais geradas pelos passivos financiadores dessas obras e o saldo remanescente, se houver, é creditado à conta de reserva de capital. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam melhorias, são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e de conformidade com as normas do Serviço Público de Telecomunicações. As principais taxas aplicadas estão divulgadas na Nota 7.

## **i) Diferido**

O diferido comporta os encargos incorridos relativos à instalação e reorganização, sistemas de processamento de dados/apoio e outros que são amortizados no prazo mínimo de cinco e máximo de dez anos.

## **j) Tributos**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 25% acrescida de adicional sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, e considera as parcelas de incentivos fiscais, exceto para as empresas operadoras na área de atuação da SUDENE. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo e referem-se a tributos e contribuições relativos a despesas apropriadas ao resultado, cuja dedutibilidade ocorrerá nos exercícios seguintes. O imposto de renda e a

contribuição social contabilizados no exigível a longo prazo correspondem ao montante devido sobre o lucro inflacionário diferido, depreciações aceleradas, resultado credor da correção monetária complementar e especial – Lei 8.200/91.

A contribuição social sobre o lucro é constituída à alíquota de 10% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação pertinente.

Em decorrência dos dispositivos da Lei 9.249/95, os saldos de Imposto de Renda Diferido estão ajustados à alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% e os saldos de Contribuição Social diferida estão ajustados à alíquota de 8%.

## **l) Empréstimos e Financiamentos**

São atualizados pelas variações monetárias e juros incorridos até a data do balanço.

## **m) Provisões para Contingências**

Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

## **n) Recursos de Autofinanciamento**

A contribuição para expansão correspondente à participação financeira de promitentes-assinantes é regulamentada pelas Portarias 881/90, 86/91 e 95/91 do Ministério das Comunicações. Essas participações podem ser pagas à vista ou a prazo. O valor da participação financeira arrecadada dos promitentes-assinantes tem a seguinte destinação:

- 80% é capitalizado pela controlada em nome da TELEBRÁS, tomando por base o valor patrimonial de sua ação, apurado no fim do exercício social, anterior àquele em que ocorrer a capitalização. Essa parcela é apresentada no balanço como recursos capitalizáveis;
- 20% é remetido para a TELEBRÁS, no mês seguinte ao arrecadado. A parcela não remetida é apresentada nos balanços das empresas como passivo circulante na conta Obrigações com Empresas do Sistema TELEBRÁS; e
- a TELEBRÁS, por sua vez, capitalizará integralmente os recursos de participação financeira em nome do promitente-assinante, com base no valor patrimonial apurado no último balanço auditado em que ocorrer a integralização.

Os recursos arrecadados são atualizados monetariamente de acordo com o Decreto 332/91, até a data da capitalização.

## o) Despesas Financeiras/Variações Monetárias

As variações monetárias são reconhecidas contabilmente até o limite da variação da UFIR e o excesso como despesas financeiras.

## 4 – Contas a Receber de Serviços

Período de Realização	Consolidado	
	1995	1994
A Faturar	525.950	438.949
Faturadas		
A vencer	510.393	465.293
Vencidas	394.352	284.461
SOMA	1.430.695	1.188.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.555)	(9.469)
Contas a receber (líquido)	1.410.140	1.179.234

## 5 - Investimentos

	1995	1994
Participações em Societárias em Controladas:		
● Empresas auditadas pela KPMG Peat Marwick	18.348.369	16.809.965
● Empresas auditadas por outros auditores	3.399.769	2.942.277
Outros investimentos	209.723	622.374
TOTAL	21.957.861	20.374.616

Os detalhes dos investimentos em controladas estão apresentados no quadro anexo às Notas Explicativas

## 6 – Transações com Empresas do Sistema TELEBRÁS

### a – Valores a Receber

	1995	1994
Empréstimos/financiamentos em moeda nacional	1.075.714	965.684
Repasse-empréstimos e financiamentos		
Moeda nacional	752.149	830.203
Moeda estrangeira	595.004	690.617
Dividendos	388.466	351.485
Aplicações capitalizáveis	820.970	1.061.594
Outros valores a receber	36.072	33.313
TOTAL	3.668.375	3.932.896
Circulante	1.709.794	1.333.057
Longo prazo	1.958.581	2.599.839

A controladora é remunerada pelos repasses, a taxa de 0,0625% a 1,0% a.a. sobre os saldos devedores, além do ressarcimento dos encargos incorridos.

Pelos empréstimos concedidos a curto prazo, a controladora é remunerada pela taxa de títulos públicos federais e sobre os empréstimos de longo prazo pela variação do IGP-M, acrescido de 6% a.a.

Outros valores a receber decorrem, principalmente de ressarcimentos de despesas de serviços técnicos prestados entre as empresas do Sistema TELEBRÁS, vencíveis a prazos inferiores a 30 dias.

## b – Valores a Pagar

	1995	1994
Materiais e serviços	5.336	5.498
Repasso-empréstimo em moeda nacional	-	43.099
Outros	8	12
	<u>5.344</u>	<u>48.609</u>
TOTAL - Circulante	<u><u>5.344</u></u>	<u><u>48.609</u></u>

## 7 – Bens e Instalações em Serviço

### a) Custo

Grupos de contas	Controladora		Consolidado		Taxa Anual
	1995	1994	1995	1994	Depreciação %
Equipamentos de comutação	-	-	17.325.307	15.527.483	7,69
Equip. de transmissão, cabos aéreos, subterrâneos, de prédios, teleimpressoras, central privada de comutação telefônica automática, equipamento de energia e mobiliários	101.534	99.438	23.485.877	20.692.597	10,00
Cabo enterrado, postes e torres	-	-	1.104.253	871.843	5,00
Cabo submerso	-	-	60.950	167.972	6,67
Equip. assinantes, público e cabines	-	-	2.983.343	3.941.835	12,50
Equipamento de informática	39.765	44.101	643.039	593.092	20,00
Prédios e canalizações subterrâneas	169.502	164.803	8.897.813	8.512.988	4,00
Veículos	2.042	1.948	313.133	281.907	20,00
Terrenos	4.571	4.588	527.251	511.074	-
Outros	12.811	15.714	356.735	300.461	-
TOTAL	<u>330.225</u>	<u>330.592</u>	<u>55.697.701</u>	<u>51.401.252</u>	<u>-</u>
Tx. Média - Depreciação Anual %	2,5	3,9	6,1	6,1	-

## b) Depreciação e Amortização Acumulada

Grupos de contas	Controladora		Consolidado	
	1995	1994	1995	1994
Equipamentos de comutação	-	-	10.288.379	8.851.607
Equip. de transmissão, cabos aéreos, subterrâneos, de prédios, teleimpressoras, central privada de comutação telefônica automática, equipamento de energia e mobiliários	77.997	72.041	12.989.227	11.742.259
Cabo enterrado, postes e torres	-	-	486.197	413.502
Cabo submerso	-	-	6.356	27.183
Eq. assinantes, público e cabine	-	-	1.969.162	2.469.784
Equipamento de informática	33.809	38.157	425.524	394.244
Prédios e canalizações subterrâneas	101.910	91.560	3.734.923	3.390.003
Veículos	1.829	1.833	191.620	182.579
Outros	2.920	5.345	187.926	151.960
<b>TOTAL</b>	<b>218.465</b>	<b>208.936</b>	<b>30.279.314</b>	<b>27.623.121</b>

## 8 – Diferido

Contas	Consolidado			
	1.995		1.994	
	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Bruto	Amortização Acumulada
Instalação e Reorganização	16.904	7.513	18.332	8.823
Sistema Proc. Dados	61.021	24.921	125.068	58.686
Outros Direitos	28.952	10.439	47.656	13.140
<b>TOTAL</b>	<b>106.877</b>	<b>42.873</b>	<b>191.056</b>	<b>80.649</b>



## 9 – Impostos, Taxas e Contribuições

### a) Valores a Recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	1995	1994	1995	1994
Imposto de Renda na Fonte	10.178	-	18.651	251
Imposto de Renda a Recuperar	11.778	-	278.619	433.596
Contribuição Social a Recuperar	2.341	419	42.564	74.962
ICMS a Recuperar	-	-	1.859	-
Outros	84	-	82.590	-
Circulante	23.962	-	294.846	257.111
Longo Prazo	419	419	129.437	251.698

### b) Valores a Recolher (Não Vencidos)

	Controladora		Consolidado	
	1995	1994	1995	1994
ICMS e ISS	65	18	343.913	285.963
Imposto de renda a recolher	-	-	225.822	118.577
Imposto de renda diferido	-	-	582.815	1.112.016
Imposto de renda - parcelado	-	-	1.229	1.814
COFINS	-	-	27.380	19.494
Contribuição social	2.193	-	145.003	160.948
PIS/PASEP	24	132	9.035	6.864
Outros	74	59	26.508	19.044
Circulante	163	2.402	655.312	449.548
Longo prazo	-	-	706.393	1.275.172

## 10 – Debêntures

Emissão	Qtde	Início	Término	Em Circulação (Qtde)	Saldo em 31 de Dezembro	
					1995	1994
1ª	493.900	1988	1998	-	3.352	6.124
2ª	154.454	1989	1999	-	-	2.779
3ª	103.692	1992	2004	25	39	29.137
4ª	167.100	1993	2005	80.176	246.154	504.192
5ª	200.000	1993	2005	49.185	49.123	367.856
TOTAL				129.386	298.668	910.088

As debêntures, todas nominativas, foram emitidas em 5 (cinco) etapas e os respectivos registros na CVM foram feitos nas seguintes datas:

Emissão		Registro na CVM	
Ordem	Data	Nº	Data
1ª	01/10/88	SEP/GER/DCA 88/011	01/12/88
2ª	01/09/89	SEP/GER/DCA 89/010	21/11/89
3ª	01/09/92	GERER/DERER/DEB 92/023	13/10/92
4ª	01/07/93	SEP/GER/DEB 93/030	03/09/93
5ª	14/12/93	SEP/GER/DEB 93/117	22/12/93

### Direitos Assegurados:

- Juros flutuantes

1ª e 2ª emissões: TR + 6% a.a.

3ª emissão: TR + 6 a.a.

4ª emissão: TR + 12% a.a.

5ª emissão: IGPM + 15% a.a.

- Prêmio (se maior que os juros flutuantes)

1ª e 2ª emissões: Taxa ANBID (sem prêmio)

3ª emissão: Taxa ANBID

4ª emissão: Taxa ANBID + 4 a.a.

5ª emissão: Taxa ANBID + 1% a.a.

- Conversão em ações preferenciais nominativas (1ª e 2ª emissões);

- Resgate das debêntures, no encerramento de cada período de juros;

- Prêmio a ser estabelecido em cada período de juros, de forma a adequar a rentabilidade dos títulos às condições de mercado da época da repactuação (anual);

- Garantia flutuante conforme artigo 58, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76 nos casos da 1ª, 2ª e 4ª emissões; e de espécie subordinada na 3ª e 5ª emissões, conforme o parágrafo 4º.

O produto da captação das debêntures está totalmente repassado às empresas do Sistema TELEBRÁS, para aplicação nos projetos de expansão e modernização dos sistemas de telecomunicações e nas mesmas condições da remuneração dos debenturistas.

## 11 – Títulos de Renda – “Euronotes/Ienenotes”

Vencimento	Controladora	
	1995	1994
1995	-	71.319
1996	254.369	59.202
1997	306.449	534.234
TOTAL	560.818	664.755
Circulante	254.369	71.319
Longo Prazo	306.449	593.436

Os títulos de renda “Euronotes” e “Ienenotes” estão assim caracterizados:

### Euronotes

Emissão/Agente	Data	Valor - US\$	Prazo	Carência	Amortização	Juros
1ª Merrill Lynch	16.10.91	200.000.000	5 anos	2 anos	7 parcelas semestrais	10% a.a. pag.sem.
3ª Salomon Brothers	31.03.92	90.000.000	5 anos		31.03.97	10% a.a. pag.sem.
4ª Salomon Brothers	16.06.92	100.000.000	5 anos		16.06.97	10% a.a. pag.sem.
5ª Merrill Lynch	09.09.92	100.000.000	5 anos		09.09.97	10,375% a.a. pag.sem.
6ª Nomura Int	22.10.92	40.000.000	5 anos		22.10.97	10% a.a. pag.sem.

### Ienenotes

Emissão/Agente	Data	Valor - ¥ MIL	Prazo	Amortização	Juros
1ª Nomura Int.	28.10.93	20.000.000	3 anos	28.10.96	7,2% a.a.

O produto da captação dos “Euronotes / Ienenotes” foi totalmente repassado às empresas do Sistema TELEBRÁS, para aplicação na expansão e modernização dos Sistemas de Telecomunicações. Os encargos estão repassados nas mesmas condições da remuneração das “Euronotes / Ienenotes”.

## 12 – Empréstimos e Financiamentos

### a) Controladora

<u>Descrição</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Empréstimos - Instituições Financeiras		
Vencimentos		
1995	-	6.017
1996	56	-
2000 em diante	5.054	-
Circulante	56	6.017
Longo Prazo	5.054	-
Financ. Bens e Serviços/Fornecedores		
Vencimentos:		
1995	-	2.799
1996	2.117	1.016
1997	1.473	840
1998	1.308	665
1999	1.308	1.029
2000 em diante	24.541	15.906
Circulante	2.117	2.799
Longo Prazo	28.630	19.456
TOTAL	<u>35.857</u>	<u>28.272</u>
Circulante	2.173	8.816
Longo Prazo	33.684	19.456

### b) Consolidado

<u>Vencimento</u>	<u>Moeda Nacional</u>		<u>Moeda Estrangeira</u>	
	<u>1995</u>	<u>1994</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
1995	-	158.071	-	330.950
1996	198.161	135.456	172.426	229.828
1997	218.395	146.157	122.951	87.718
1998	212.276	144.034	146.090	44.770
1999	181.504	92.808	62.821	38.865
2000 em diante	77.370	12.152	237.818	187.768
TOTAL GERAL	<u>887.706</u>	<u>688.678</u>	<u>742.106</u>	<u>919.899</u>
Circulante	198.161	158.071	172.426	330.950
Longo Prazo	689.545	530.607	569.680	588.949

Os empréstimos em moeda estrangeira estão sujeitos a juros que variam de 4% a 8% a.a. e de 0,81% acima da “Libor” e estão convertidos às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do balanço. Os financiamentos de bens e serviços em moeda estrangeira estão sujeitos a juros que variam de 1,75% a 11,55% a.a. e de 1,50% acima da “Libor”.

Os financiamentos de bens e serviços/fornecedores da controladora constam com garantia de fiança do Banco do Brasil S.A. A controladora concedeu aval as suas controladas, cuja posição apresenta-se como segue:

<u>Controladas</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
TELESP	535.529	247.580
TELERJ	62.479	52.833
TELEMIG	91.818	119.066
TELEBAHIA	21.643	40.149
EMBRATEL	20.168	37.472
TELEPAR	34.913	85.765
TELEGOIÁS	14.382	12.870
TELEST	50.648	11.135
TELESC	29.047	-
TELASA	9.312	-
TELECEARÁ	3.972	-
TELERGIPE	2.007	-
TOTAL	<u>875.918</u>	<u>606.870</u>

### **13 – Reclamações Trabalhistas**

Segundo o Enunciado nº 315 do Tribunal Superior do Trabalho não se aplica o IPC de março de 1990, de 84,32%, para a correção dos salários, porque o direito ainda não se havia incorporado ao patrimônio jurídico dos trabalhadores, inexistindo ofensa ao inciso XXXVI do art. 5º da Constituição da República, tendo o Supremo Tribunal Federal o mesmo entendimento. Com relação ao ganho de produtividade previsto nos Acordos Coletivos de 1993 e 1994, o assunto está em avaliação, não havendo, até a presente data, definição quanto ao seu mérito.

## 14 – Capital Social, Reservas, Dividendos e Lucros Acumulados

### a) Capital Social

O capital autorizado em 31/12/1995 é de R\$ 18.835.000 mil (R\$ 3.127.273 mil em 1994, valor histórico). O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 1995 compõe-se de 309.137.114 mil ações (298.729.053 mil ações em 1994), sem valor nominal, assim distribuídas.

	(Em milhares de ações)	
	1995	1994
Ações ordinárias	<u>121.935.302</u>	<u>119.048.242</u>
Ações preferenciais	<u>187.201.812</u>	<u>179.680.811</u>
TOTAL	<u>309.137.114</u>	<u>298.729.053</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade de reembolso do capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% a.a. sobre o valor do capital social.

Em 31/12/1995, o Valor Patrimonial de cada ação é de R\$ 0,078448 (R\$ 0,074786 em 1994, em moeda de 31/12/95).

### b) Reserva de Lucros a Realizar

Corresponde aos resultados apurados e ainda não realizados, provenientes do saldo credor da correção monetária e dos acréscimos dos investimentos em controladas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

O valor realizado decorrente de depreciações, amortizações, recebimentos de dividendos e baixa do ativo permanente é transferido para a conta de lucros acumulados.

A reserva de lucros a realizar na controladora apresenta a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
(+) Saldo inicial	<u>8.140.365</u>	<u>7.416.859</u>
Saldo credor correção monetária	117.102	144.826
Ganhos líquidos com equivalência patrimonial	8.023.263	7.272.033
(+) Constituição		
Ganhos líquidos com equivalência patrimonial	792.102	1.098.040
(-) Reversão		
Saldo credor correção monetária	3.418	27.724
Ganhos líquidos equivalência patrimonial	209.116	346.810
(=) Saldo Final	<u>8.719.933</u>	<u>8.140.365</u>
Saldo credor correção monetária	113.684	117.102
Ganhos líquidos equivalência patrimonial	8.606.249	8.023.263

A reserva de lucros a realizar da controladora está constituída obedecendo aos seguintes limites:

<u>Descrição</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
(+) Ganhos líquidos com equivalência patrimonial	851.239	1.238.442
(-) Reserva legal	<u>59.137</u>	<u>57.792</u>
(=) Limite constituição reserva lucros a realizar	792.102	1.180.650
Reserva de lucros a realizar constituída	<u>792.102</u>	<u>1.098.040</u>

### c) Dividendos

Em cumprimento ao disposto no artigo 65 do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a distribuição da quantia de R\$ 288.104 mil (R\$ 56.319 mil em 1994, em moeda de 31/12/95) para pagamento de dividendos aos possuidores de ações preferenciais e de R\$ 46.901 mil (R\$ 37.315 mil em 1994, em moeda de 31/12/95) aos possuidores de ações ordinárias. A proposta está sujeita a aprovação da Assembléia Geral Ordinária. O montante do dividendo por lote de mil ações é o seguinte:

<u>Dividendos</u>	<u>Valor Integral (R\$)</u>	
	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Ações ordinárias	0,385	0,313
Ações preferenciais	1,539	0,313

O lucro líquido ajustado, que serviu de base para o cálculo dos dividendos, está assim constituído:

<u>Descrição</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Lucro líquido exercício	1.182.739	1.155.832
Reversão reserva de lucros a realizar	212.534	374.534
Destinação: reserva legal	(59.137)	(57.792)
Destinação: reserva de lucros realizar	792.102)	(1.098.040)
Lucro Líquido Ajustado (LLA)	544.034	374.534
25% do Lucro Líquido Ajustado – LLA	136.008	93.634
Dividendos	335.005	93.634

Os dividendos mínimos correspondentes às ações preferenciais estão calculados com base no Capital Social nominal, baseado na Lei nº 6.404/76 e disposições estatutárias.

#### d) Lucros Acumulados

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 209.029 mil (R\$ 280.900 mil em 1994, em moeda de 31/12/95), está compondo o saldo da conta de lucros acumulados, que será utilizado para futuro aumento de capital, visando sua aplicação na modernização e expansão do sistema de telecomunicações.

### 15 – Ganhos Líquidos nos Itens Monetários Não Remunerados (Correção Integral)

Os ganhos (perdas) nos itens monetários não remunerados estão distribuídos pelas respectivas contas de resultado a que se vinculam. O valor líquido apurado está ajustado como segue:

<u>Ajustes no Resultado</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>1995</u>	<u>1994</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Receita serviços telecomunicações	-	-	(184.257)	(1.728.861)
ICMS, PASEP e COFINS	-	-	59.335	572.787
Custos dos serviços	-	-	24.869	144.634
Comercialização dos serviços	-	-	4.864	49.868
Despesas gerais e administrativas	772	8.619	16.426	121.681
Outras despesas/receitas operac.	(176)	2.472	61.066	137.302
<b>TOTAL DESTINAÇÃO</b>	<b>596</b>	<b>11.091</b>	<b>(17.697)</b>	<b>(702.589)</b>

O valor líquido apurado antes da distribuição está assim composto:

<u>Origens dos Ganhos (Perdas)</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>1995</u>	<u>1994</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Caixa e bancos	(1.222)	(4.400)	(11.656)	(123.334)
Contas a receber de serviços	-	-	(182.163)	(1.695.743)
Transações c/ ESTB	684	(7.739)	-	-
Valores a recuperar	177	(1.089)	(17.081)	(52.883)
Ajustes efeitos inflacionários	-	-	51.534	87.977
Outros direitos s/ rendimentos	(2.762)	(12.975)	(14.490)	(94.657)
Pessoal, encargos, benef. sociais	276	3.549	15.638	205.429
Fornec. de materiais e serviços	487	5.284	51.927	225.004
Impostos, taxas e contribuições	9	6	59.585	573.032
Consignação a favor de terceiros	322	1.780	7.847	53.347
Participação nos resultados	2.979	26.675	5.155	36.125
Outras obrigações s/ encargos	-	-	16.007	83.114
<b>TOTAL ORIGEM</b>	<b>596</b>	<b>11.091</b>	<b>(17.697)</b>	<b>(702.589)</b>



## 16 – Receita de Serviços de Telecomunicações

<u>Contas</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Telefonia local	3.583.236	3.348.258
Telefonia interurbano	4.384.820	4.617.003
Telefonia internacional	744.710	789.952
Comunicação de dados	907.127	904.994
Telefonia celular	1.410.184	467.835
Telex, telegrama, vídeo, texto, listas e outros	322.001	271.718
SUBTOTAL	<u>11.352.078</u>	<u>10.399.760</u>
ICMS, PASEP, COFINS e outros	<u>(2.734.317)</u>	<u>(2.339.424)</u>
Receita operacional líquida	<u>8.617.761</u>	<u>8.060.336</u>

## 17 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

<u>Contas</u>	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Outras Receitas Operacionais		
Receitas serviço técnico administrativo	78.406	50.343
Ganho com almoxarifado operação	8.105	10.481
Ganho com imobilizado	-	15.398
Multas	243.447	159.731
Reversão provisão e desp. recuperadas	89.791	38.647
Tributos recuperados	102.112	-
Ganhos líquidos itens monetários não remun.	61.066	137.302
Outras receitas	40.687	34.491
TOTAL RECEITAS	<u>623.614</u>	<u>446.393</u>
Outras Despesas Operacionais		
Impostos, taxas e contrib. (exceto IR)	15.883	55.104
Baixa almoxarifado operação	14.841	12.863
Amortização diferido	13.012	17.363
Provisão perdas prováveis	21.263	187.431
Contingências	18.803	8.411
Baixa imobilizado/diferido	-	52.007
Doações e patrocínios	5.328	2.509
Outras despesas	16.508	3.235
TOTAL DESPESAS	<u>105.638</u>	<u>338.923</u>

## 18 – Instrumentos Financeiros

Em 23 de março de 1995, a Comissão de Valores Mobiliários editou a Instrução nº 235, que dispõe pela divulgação em notas explicativas, de informações financeiras. Os saldos contábeis e valores de mercado relativos a valores de mercado dos instrumentos financeiros de longo prazo, incluindo as parcelas com vencimento a curto prazo, são sumarizados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo Contábil	Valor Mercado	Saldo Contábil	Valor Mercado
Contas do Ativo				
Créditos com empresas STB	3.668.375	3.654.389	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.422.868	2.408.882	-	-
Aplicações capitalizáveis	820.970	820.970	-	-
Outros créditos ESTB	424.537	424.537	-	-
Aplicações financeiras e emp. comp.	634.924	634.924	711.846	711.846
Tributos a recuperar	24.381	24.381	424.283	344.532
Investimentos	21.957.861	18.969.755	-	-
Part. Soc. Controladas				
com cotação em Bolsa	12.327.358	9.346.966	-	-
sem cotação em Bolsa	9.420.780	9.420.780	-	-
Outros investimentos	209.723	202.009	307.352	299.638
Contas do Passivo				
Impostos, taxas e contribuições	163	163	1.361.705	1.151.162
Empréstimos e financiamentos	35.857	35.859	1.629.812	1.618.319
Títulos de renda	560.818	551.943	560.818	551.943
Obrigações com empresas STB	5.344	5.344	-	-

### Critérios, Premissas e Limitações nos Cálculos do Valor de Mercado

- Disponibilidades, contas a receber e a pagar a curto prazo: os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado, devido ao vencimento a curto prazo desses instrumentos.
- Créditos com ESTB, empréstimos compulsórios e aplicações financeiras: os valores de mercado são estimados baseados nas cotações de mercado daqueles instrumentos ou de instrumentos similares ou com base nos fluxos de caixa futuros esperados descontados às taxas de aplicações disponíveis, quando não existir cotações para tais instrumentos.
- Investimentos: o valor de mercado dos investimentos foi calculado com base na cotação de fechamento na Bolsa de Valores em que tiver maior volume de negociação de cada instrumento financeiro. Não foi feita a estimativa do valor de mercado dos investimentos em empresas de capital fechado, devido não existir

um mercado ativo para aqueles papéis. Ressalta-se, ainda, que o valor de mercado, calculado em função de cotações em bolsa é decorrente de transações entre minoritários, não representando o valor que será obtido numa transação de transferência de controle acionário. A TELEBRÁS não possui informações acerca desse valor.

- Tributos diferidos (ativos e passivos): o valor de mercado foi calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros, à taxa de 17,72% a.a. (TJLP de dezembro de 1995).
- Empréstimos e financiamentos, títulos de renda e obrigações com ESTB: o valor de mercado é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento, descontados, utilizando-se as taxas de juros correntes para instrumentos similares e de vencimentos comparáveis.
- Derivativos: não tem como prática operar com derivativos.
- Limitações: os valores de mercado são calculados num momento específico, baseados em informações relevantes de mercado e informações sobre os instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

## 19 – Conciliação entre o Lucro Líquido da Controlada e Consolidado

Em 31 de dezembro, a conciliação entre o lucro líquido da controladora e o consolidado é a seguinte:

	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Lucro líquido da controladora	1.182.739	1.155.832
Juros durante a construção	(310.304)	(359.143)
Doações e outros	(62.896)	(112.526)
Lucro líquido consolidado	809.539	684.163

Os juros durante a construção, doações e outros são acréscimos patrimoniais registrados diretamente em reservas de capital e de lucros nas empresas controladas, que representam receita de equivalência patrimonial, na controladora.

## 20 – Fundação de Seguridade Social

As empresas controladas e a Telecomunicações Brasileiras S.A.-TELEBRÁS são patrocinadoras da Fundação TELEBRÁS de Seguridade Social – SISTEL. A única exceção é a Embratel que é patrocinadora, instituidora da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social.

A Fundação TELEBRÁS de Seguridade Social – SISTEL é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, instituída em 09/11/77, com o objetivo de suplementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

No exercício de 1995, a TELEBRÁS contribuiu, a favor da SISTEL, com valor de R\$ 9.330 mil (R\$ 9.485 mil em 1994) correspondente a 14,688% sobre a folha de pagamento e os participantes contribuíram com R\$ 6.103 mil (R\$ 4.857 mil em 1994).

O regime atual de determinação de custeio é o de capitalização. Não existem outras obrigações calculadas, a não ser aquela já considerada na taxa normal de contribuição.

As reservas matemáticas foram reavaliadas atuarialmente com base nos dados de setembro/95, sendo o resultado devidamente atualizado e reconhecido em dezembro/95. Do ponto de vista patrimonial, a SISTEL apresenta na data de 31/12/95, um superavit acumulado de R\$ 1.046 mil.

## 21 – Remuneração dos Administradores e Empregados

As remunerações pagas aos administradores e empregados no mês de dezembro, conforme artigo 1º, inciso III, da Lei 8.852/94, foram: Administradores – Maior: R\$ 6.591; Menor: R\$ 1.893; Empregados – Maior: R\$ 6.629; Menor: R\$ 240 e Salário Médio: R\$ 2.152. Nos valores citados está considerado o reajuste decorrente do acordo coletivo de trabalho, vigente a partir de 01/12/1995. As remunerações mensais pagas obedeceram ao limite previsto pela Lei 8.852/94 e MP 1.231 de 14/12/95.

## 22 – Remuneração do Investimento

Segundo o Código Brasileiro de Telecomunicações, as tarifas são estabelecidas pelo Poder Público, com base no conceito de serviços ao custo acrescido de justa remuneração. Entende-se que a justa remuneração seria o equivalente a 12% a.a. sobre o investimento remunerável, apurado conforme disposições da Resolução 43/66 do Conselho Nacional de Telecomunicações (sucedido pelo Ministério das Comunicações) com a redação dada pela Portaria 1.381/78, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Tais disposições determinam que anualmente seja apurado o excesso ou insuficiência de resultado decorrentes de tarifas em vigor. A remuneração do investimento das empresas controladas em 1995 correspondeu a 4,54% (2,99% em 1994), dos investimentos remuneráveis.

A insuficiência tarifária em 31/12/95, que poderá ser recuperada em exercícios subseqüentes, é a seguinte:

	<u>1995</u>	<u>1994</u>
Acumulada início exercício	(11.855.270)	(992.656)
Ajuste exercícios anteriores	10	-
CM da insuficiência acumulada ajustada	(2.662.922)	(8.986.054)
Insuficiência tarifária no exercício	<u>(2.064.557)</u>	<u>(1.876.560)</u>
Acumulada final exercício	<u>(16.582.739)</u>	<u>(11.855.270)</u>

## 23 – Seguros

Em 31/12/1995 todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros.

## 24 – Outros Recursos Capitalizáveis

### Aumento de Capital Impugnado

Encontra-se contabilizado na conta “outros recursos capitalizáveis” o valor de R\$ 62.101 mil (13.718.349 mil ações preferenciais) em moeda de 31 de dezembro de 1995, correspondente aos subscritores que exerceram direito de preferência quando do aumento de capital em 07 de julho de 1990 impugnado pela Justiça Federal. Foi interposto recurso junto ao Tribunal Regional Federal, aguardando julgamento.

## QUADRO ANEXO ÀS NOTAS EXPLICATIVAS

<u>Empresas</u>	Capital Social	Patrimônio Líquido	Valor Patrimonial da Ação	Lucro Líquido do Exercício
a) Empresas auditadas por nossos auditores independentes				
TELEBAHIA (1)	654.116	1.024.011	0,119384	62.737
TELEMIG (2)	840.592	1.492.807	0,064524	76.871
TELEST	167.117	334.915	0,183870	16.532
TELERJ (3)	1.730.646	2.389.623	0,094731	(111.577)
TELESP (4)	4.260.771	8.176.524	0,160424	301.792
CTBC (5)	328.642	710.299	0,395050	190
TELEBRASÍLIA (6)	355.510	737.281	0,395721	39.148
TELEPAR (7)	812.796	1.390.166	0,471139	38.652
TELESC	305.812	738.928	0,342428	32.688
CTMR	30.521	59.835	0,342310	1.252
EMBRATEL	1.843.800	5.045.549	1,097307	137.958
SUBTOTAL		<u>22.099.938</u>		<u>596.243</u>
b) Empresas auditadas por outros auditores independentes				
TELERON	61.010	139.843	0,214213	(550)
TELEACRE	30.123	41.381	0,032943	713
TELAMAZON	122.773	211.344	0,298355	5.320
TELAIMA	16.593	19.975	0,045655	(370)
TELEPARÁ	120.781	291.593	0,177347	12.734
TELEAMAPÁ	21.697	34.943	0,048648	2.399
TELMA	132.411	216.200	0,086985	9.218
TELEPISA	92.287	143.331	0,077156	4.178
TELECEARÁ	231.710	482.002	0,238331	29.658
TELERN	82.915	184.917	0,190969	8.661
TELPA	92.926	176.828	0,148297	9.659
TELPE	256.603	497.061	0,081265	31.099
TELASA	109.465	160.254	0,031505	1.507
TELEGIPE	63.693	97.162	0,107672	3.462
TELEGOIÁS	258.838	580.908	0,151557	35.496
TELEMS	116.626	271.962	0,278454	9.429
TELEMAT	143.847	349.378	0,636281	23.393
SUBTOTAL		<u>3.899.082</u>		<u>186.006</u>
TOTAL GERAL		<u><u>25.999.20</u></u>		<u><u>782.249</u></u>

c) Valor de Mercado das ações em 30 de dezembro de 1995 (reais), por lote de mil ações

(1) ON 40,05 (2) ON 50,00 (3) ON 83,70 (4) ON 140,50 (5) ON 165,00 (6) ON 255,00 (7) ON 300,00

(1) PN 35,00 (2) PN 44,49 (3) PN 63,00 (4) PN 143,00 (5) PN 147,01 (6) PN 190,00 (7) PN 309,00

(\*) a preço de 31/12/95

## PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM CONTROLADAS (R\$ MIL)

Quantidade de Ações Possuídas (mil)		Percentual de Participação	Ganho (Perda) Decorrente da Equiv. Patrimonial em 1995		Valor Patrimonial Investimentos	
Ordinárias	Preferenciais		Operacional	Não-Operacional	Em 1995	Em 1994 (*)
2.748.489	5.443.273	95,5030	76.840	217	977.966	854.896
7.689.104	11.799.030	84,2340	86.680	(288)	1.257.458	1.144.953
702.119	1.017.522	94,5140	22.376	79	316.543	284.771
10.277.845	10.360.859	81,8170	(71.892)	1.665	1.955.117	1.757.262
23.984.807	15.036.454	76,5600	287.256	(3.173)	6.259.956	5.720.477
183.439	348.139	29,5650	5.978	1.011	210.000	179.516
745.628	813.898	83,7050	43.268	143	617.137	543.242
1.197.661	1.030.390	75,5110	47.080	102	1.049.724	1.002.852
869.198	1.088.506	90,7220	53.275	177	670.371	611.014
76.598	75.360	86,9340	2.055	308	52.016	43.105
4.664.423		98,7420	250.615	437	4.982.081	4.667.877
<b>53.139.311</b>	<b>47.013.431</b>		<b>803.531</b>	<b>678</b>	<b>18.348.369</b>	<b>16.809.965</b>
209.329	398.690	93,1370	1.110	39	130.246	125.138
409.044	772.908	94,0950	1.164	29	38.937	30.847
257.560	330.695	83,0440	5.384	113	175.509	171.314
138.267	267.173	92,6680	(327)	51	18.510	17.098
453.353	836.600	78,4550	18.613	592	228.769	207.971
238.235	426.746	92,5800	2.664	126	32.350	26.382
647.587	1.297.905	78,2740	10.086	2.216	169.228	136.814
548.025	1.003.812	83,5360	4.679	(916)	119.733	98.526
602.115	999.187	79,1780	26.760	486	381.642	329.496
315.859	482.408	82,4390	9.267	2.307	152.444	126.103
399.677	524.636	77,5180	9.813	920	137.073	116.502
1.957.854	3.607.171	90,9830	27.458	485	452.242	405.457
1.684.363	2.986.189	91,8200	611	211	147.145	110.257
256.998	470.741	80,6460	3.061	960	78.357	71.094
1.208.766	2.410.547	94,4270	50.609	997	548.532	444.528
343.634	598.332	96,4450	10.456	56	262.294	249.358
208.737	304.807	93,5257	36.107	192	326.758	278.392
<b>9.879.403</b>	<b>17.718.547</b>		<b>217.515</b>	<b>8.864</b>	<b>3.399.769</b>	<b>2.942.277</b>
<b>63.018.714</b>	<b>64.731.978</b>		<b>1.021.046</b>	<b>9.542</b>	<b>21.748.138</b>	<b>19.752.242</b>

Brasília, 22 de março de 1996

RENATO NAVARRO GUERREIRO  
Presidente do Conselho de Administração

FERNANDO XAVIER FERREIRA  
Presidente da Empresa e  
Conselheiro de Administração

JOOST VAN DAMME  
Vice-Presidente da Empresa e  
Conselheiro de Administração

JOSÉ EXPEDICTO PRATA  
Conselheiro de Administração

REGINALDO OSCAR DE CASTRO  
Conselheiro de Administração

GERARDO CESAR MACHADO LEAL  
Conselheiro de Administração

SÉRGIO LUIZ GONÇALVES PEREIRA  
Diretor Econômico-Financeiro e de  
Relações com o Mercado

EPHRAIN GUILHERME NEITZKE  
Diretor de Administração

HAROLDO WANGLER CRUZEIRO  
Diretor de Coordenação de  
Operações e Serviços

EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA  
Diretor de Planejamento e Engenharia

HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA  
Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento

EUGENIO CONCEIÇÃO BAROBOSKIN  
Contador CRC-SP 82058 T DF

CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO  
Gerente do Depto. de Contabilidade e  
Planejamento Econômico-Financeiro

# **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, esta Administração propõe à Assembléia que a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 1995, no valor de R\$ 1.182.739.077,28 (um bilhão, cento e oitenta e dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, setenta e sete reais e vinte e oito centavos) acrescido da Realização da Reserva de Lucros a Realizar, constituída nos exercícios anteriores e lançada à conta de Lucros Acumulados, no total de R\$ 212.534.427,94 (duzentos e doze milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos), seja a seguinte:

## **I – RESERVA LEGAL**

Na conformidade do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, torna-se necessária a destinação de 5% daquele lucro líquido à constituição da Reserva Legal no valor de R\$ 59.136.953,86 (cinquenta e nove milhões, cento e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos).

## **II – RESERVA DE LUCROS A REALIZAR**

Na forma do artigo 197, da mesma Lei, considerando a existência das condições ali preconizadas, propõe-se a constituição da Reserva de Lucros a Realizar no valor de R\$ 792.102.451,75 (setecentos e noventa e dois milhões, cento e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos).

## **III - DIVIDENDOS**

Atendendo ao disposto no artigo 65 do Estatuto Social, no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, esta Administração propõe que sejam pagos R\$ 46.901.019,17 (quarenta e seis milhões, novecentos e um mil, dezenove reais e dezesseis centavos), aos possuidores de ações Ordinárias Nominativas, e R\$ 288.103.560,07 (duzentos e oitenta e oito milhões, cento e três mil, quinhentos e sessenta reais e sete centavos), aos possuidores de ações Preferenciais Nominativas. Para as ações preferenciais, pagar-se-ão R\$ 0,001539 e para as ações ordinárias, R\$ 0,000385 por ação de dividendo integral.

As ações decorrentes de créditos de participação financeira de promitentes-assinantes terão direito a dividendos correspondente a 12/12 (integral).



#### **IV – LUCROS ACUMULADOS**

Propõe, também, que o saldo remanescente do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 no montante de R\$ 209.029.520,37 (duzentos e nove milhões, vinte e nove mil, quinhentos e vinte reais e trinta e sete centavos), seja levado à conta de Lucros Acumulados para futuro aumento de capital, visando sua aplicação na modernização e expansão do sistema de telecomunicações.

Brasília (DF), 22 de março de 1996

**RENATO NAVARRO GUERREIRO**  
Presidente do Conselho de Administração

**FERNANDO XAVIER FERREIRA**  
Presidente da Empresa  
e Conselheiro de Administração

**JOOST VAN DAMME**  
Vice-Presidente da Empresa  
e Conselheiro de Administração

**GERARDO CESAR MACHADO LEAL**  
Conselheiro de Administração

**REGINALDO OSCAR DE CASTRO**  
Conselheiro de Administração

**JOSÉ EXPEDICTO PRATA**  
Conselheiro de Administração

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas da

Telecomunicações Brasileiras S.A.-TELEBRÁS

Brasília-DF

Examinamos os balanços patrimoniais da Telecomunicações Brasileiras S.A.-TELEBRÁS e os balanços patrimoniais consolidados dessa Empresa e controladas levantados em 31 de dezembro de 1995 e 1994 na versão “Correção Integral” e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telecomunicações Brasileiras S.A.-TELEBRÁS e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Empresa e controladas em 31 de dezembro de 1995 e 1994, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

As demonstrações financeiras apresentadas na versão “Legislação Societária”, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1995, foram por nós examinadas e submetidas aos mesmos procedimentos descritos no segundo parágrafo acima e, em nossa opinião, essas demonstrações financeiras representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Empresa e controladas em 31 de dezembro de 1995, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária.

15 de março de 1996



**Odair Correa da Silva**

Contador CRC-SP-85.454 “S” DF

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina os itens II e III do artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e o item VII do artigo 59 do Estatuto Social da Empresa, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1995, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, e a Proposta de Destinação do Resultado, inclusive a Distribuição de Dividendos. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Peat Marwick – o Conselho Fiscal, entendendo que as peças examinadas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Brasília (DF) 22 de março de 1996.

JORGE DA CUNHA FERNANDES

CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAÚJO

WILSON CALVO MENDES DE ARAÚJO

LUIZ CLEMENTE PARENTES FORTES VIEIRA

DEVANIR DA SILVA



**TELEBRÁS**

**DEPARTAMENTO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS**

SAS – Quadra 6 – Bloco E – Conjunto SEDE – CEP70313-900 – Brasília – DF – Brasil  
Tel(061)215-2790–Fax(061)322-4153 –URL: <http://www.sede.telebras.gov.br/mercado>